

Afinal, quem manda no Brasil?

Uma análise à luz da Bíblia e do cenário histórico bíblico

Lourenço Stelio Rega, PhD



Antes de mais nada, peço sua ajuda em ter paciência na leitura deste texto e que aceite o apelo de oração objetiva pelas nossas autoridades que apresento ao final. O objetivo essencial com a produção desta reflexão é que evitemos confundir os fatos que hoje vivemos com ensinos das Escrituras. Estamos num momento que precisamos, mais do que racional e emocional ou sentimental, de discernimento bíblico. Vamos iniciar nossa jornada.

Hermenêutica e exegese bíblica como ponto de partida

Na música as notas possuem valores universais e conhecidos. Uma nota Sol emitirá som de Sol e não de Mi. Poderá ter semitonos, como o sustenido e o bemol, mas continuará a ser Sol. No Direito existe a ciência da Hermenêutica que oferece regras para a interpretação das leis, tendo como suporte a jurisprudência.

Não é diferente com a interpretação da Bíblia em que temos também a Hermenêutica, que se vale da Exegese e Crítica Textual (pois trabalhamos com textos antigos). Mais ainda, os textos originais - Hebraico, Aramaico e Grego. Não é possível apenas ler a Bíblia, inclusive em formato de tradução, sem a utilização destas ferramentas para a sua compreensão.

Um dos nobres princípios da Hermenêutica Bíblica é a consideração de dois fatores, entre outros:

- **o contexto**, que se divide em interno (*próximo e distante*) e o externo que envolve estudo e compreensão do ambiente em que o texto em análise pertence;
- **o modo da revelação de Deus.** E aqui temos o conceito de revelação progressiva em que Deus vai se revelando ao povo à medida que este possa compreender.

Inúmeras interpretações deixam de considerar inclusive estes dois simples princípios e nos levam a equívocos em afirmar o que as Escrituras não quereriam dizer para nós hoje.

Apenas como exemplo, o segundo item acima nos esclarece diversas situações de modo que não podemos concluir que uma situação ou ensino, ou mesmo declaração sejam planas, isto é, tenham o mesmo significado em todo texto bíblico desde quando surgiram, por exemplo no Antigo Testamento, e depois mais à frente na história da revelação, por exemplo no Novo Testamento. Um exemplo para simplificar. O conceito de pecado passa por um processo de desenvolvimento desde o Antigo Testamento (Decálogo) até o Novo Testamento (ensino paulino):

- Pecado como **conceito objetivo, sociológico**, como ação: fazer ou não fazer algo de acordo com a lei (ex.: Dez Mandamentos - de 10 mandamentos, apenas um menciona ação interna)
- Pecado como **conceito subjetivo, psicológico**: sentir ou pensar em algo incompatível com a lei (ex.: Jesus quando mostra a essência dos mandamentos - Mt 5. 13,14 Sermão da Montanha)
- Pecado como **conceito subjetivo, ontológico**: aqui não se refere a fazer, sentir ou pensar apenas, é algo mais profundo, está no Ser: Paulo quando falar que temos a natureza pecaminosa (Romanos 7)

Assim, quando encontramos a palavra pecado na Bíblia, poderá representar significados diferentes a partir do contexto e em qual estágio da revelação progressiva em que ela figura.

Quem está investido de autoridade está sempre certo? Como compreender o princípio da obediência às autoridades conforme Romanos 13 em nossos dias?

Depois disso é possível, em princípio, avaliar compreensões que hoje nos afetam e estão sendo muito utilizadas nessa crise política pela qual passamos:

- Devemos aceitar que quem está investido de autoridade política hoje é como no passado o rei que era ungido de Deus, então não podemos questioná-lo. Revelando certo sentido de “messianismo”.
- Devemos sempre obedecer, sem questionar, às autoridades (Romanos 13).

Em primeiro lugar, o governo em que o conceito de que o rei era o escolhido de Deus, o ungido de Deus, era de natureza teocrática. Deus escolhia e poderia rejeitar. Esse tipo de governo, diante da rebeldia do povo foi interrompido por Deus e nunca mais surgiu na história.

Em segundo lugar, em Romanos temos um governo imperial, em que não era possível questionar o imperador sem o custo da vida. Não havia qualquer mecanismo de avaliação ou questionamento das atitudes do imperador que pudesse ser utilizado pelo cidadão (servo) comum.

Como entender isso hoje?

No regime democrático (do grego: demo = povo; crático de “kratos” = poder) é o povo que escolhe seus governantes e não Deus por algum sinal por meio de algum profeta ou sacerdote, pois não estamos num governo teocrático. Então não podemos ter o equívoco de aplicar o texto do Antigo Testamento sobre a escolha divina do rei e, mesmo o texto Paulino sobre a obediência às autoridades de forma direta.

No governo democrático existe, criados pelo próprio regime, mecanismos de avaliação governamental, fiscalização, órgãos de julgamento em diversas instâncias, leis e dispositivos que o povo pode utilizar contra quem governa mudança de rumo.

Neste caso, no Brasil, temos diversos mecanismos para controle do Estado e seus governantes, inclusive Ministros. Assim, temos órgãos como Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União; mas também leis específicas, tais como Lei da Transparéncia, Lei Complementar da Ficha Limpa, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal, Lei Anticorrupção etc. Temos também

instrumentos tais como, Processo de Impeachment, Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data etc.

Mecanismos inaceitáveis em um governo no regime imperial a serem acionados pelo cidadão comum. Portanto, o ensino de Romanos 13 necessita ser devidamente considerado dentro do contexto em que foi escrito, qual seu princípio essencial que vale para todo tempo, e a sua aplicação desse princípio essencial em contexto de um regime em que vivemos – democrático.

Como entender então Romanos 13¹?

Toda pessoa esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação. Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra. [Romanos 13.1-7]

v. 1 *Toda pessoa esteja sujeita às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas.*

Como entender que toda autoridade procede de Deus?

Como entender que toda autoridade procede de Deus? Por meio da Teologia houve a descoberta de que há um princípio sobre a providência divina chamado de “economia divina” (*concurrus providencial*) demonstrando que Deus dirige a nossa história, enquanto a escrevemos como seus agentes. Sendo assim, Deus não está ausente do que ocorre na história e das ações humanas. Esta abordagem

¹Para mais detalhes sobre a compreensão deste texto ver REGA, Lourenço Stelio. *Dando um jeito no jeitinho – como ser ético sem deixar de ser brasileiro*. São Paulo: Mundo Cristão, 2000. Capítulo 21 “O cristão e as autoridades”. Pgs. 177-182.

do *concursus* evita tanto o deísmo quanto o panteísmo, como nos ensina Louis Berkofh que define a concorrência divina

a cooperação do poder divino com todos os poderes subordinados, em harmonia com as leis pré-estabelecidas de sua operação, fazendo-os agir precisamente como agem. Alguns tendem a limitar a operação da concorrência, no que se refere ao homem, às ações humanas moralmente boas e, portanto, recomendáveis; outros, mais logicamente, estendem-na ações de toda sorte. Deve-se notar logo de início que esta doutrina implica duas coisas:

(1) Que as forças da natureza não agem por si mesmas, isto é, simplesmente por seu próprio poder inerente, mas Deus exerce operação imediata em cada ato da criatura. Deve-se sustentar esta verdade em oposição à posição deísta;

(2) Que as causas secundárias são reais, e não devem ser consideradas apenas como o poder operativo e Deus. É só com a condição de que as causas secundárias sejam reais que podemos falar com propriedade de uma concorrência ou cooperação da Causa Primeira com as causas secundárias. Deve-se dar ênfase a isto, contra a ideia panteísta de que Deus é o único agente em ação no mundo.²

Em resumo a “concorrência divina” indica que tudo ocorre sob a autorização de Deus, coincidindo ou não com as leis que Ele tem estabelecido para a Criação. Vamos lembrar que as ocorrências seguem as limitações da vida e/ou natureza, tais como enfermidades, contaminações, acidentes etc. Isso tudo não implica em que a soberania de Deus seja limitada, mesmo porque Ele age ou não quando desejar.

Sobre a vontade de Deus, classicamente, temos a vontade diretiva, quando ele diretamente atua e a permissiva, quando ele permite, mesmo que necessariamente não esteja o fato coincidente com sua vontade. Assim, é possível prever regimes ou mesmo a presença de governantes nem sempre compatíveis com Sua vontade diretiva.

²BERKHOFF, Louis. *Teologia Sistemática*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990. p. 162.

vs. 3-5: Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal. É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência.

Isso significa que as autoridades existem para que a ordem seja estabelecida e mantida. O ponto aqui é que se a própria autoridade, em termos amplos, estabeleceu que pode ser questionada, como acima mencionamos, seguir a lei significa também que esta autoridade não é absoluta como no Regime Imperial. Então, se estamos vivendo e atuando em conformidade com a lei sendo justos e um governante não está, necessariamente não poderemos concordar e acionar os mecanismos democráticos para que o governante seja julgado. Situação inexistente no ambiente imperial.

vs. 6,7: Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.

A manutenção de um país é responsabilidade de seu povo e os governantes são “serviçais” para isso. Num Regime Democrático se o serviçal não cumpre com seu papel estará sujeito a ser julgado, existindo diversas Leis para isso. Se mistura o público com o privado, também. Por isso mesmo devemos a quem merece respeito e honra, a quem não merece já existem mecanismos e instrumentos para que ocorra a correção.

Em um regime democrático, qual é o nosso papel em relação aos governantes?

Assim, nosso papel hoje é respeitar os governantes, orar por eles (1 Tm 2.1,2), mas, levando-se em conta a análise do contexto externo ou interno e a revelação progressiva, não nos é tirado, em qualquer ensino bíblico, a capacidade de avaliarmos os governantes e seus auxiliares, seja no momento da escolha para o voto, seja durante o exercício da função para a qual foi eleito o governante.

Então, não podemos confundir os ensinos bíblicos e fazer aplicações equivocadas para hoje, sem passar pelo filtro de interpretação que leve em conta os princípios hermenêuticos, exegéticos e de crítica textual, assim como um músico profissional não aceitaria que chamássemos um som que reflete a nota Sol de que estamos tendo o som de Dó.

É necessário levarmos a sério a interpretação bíblica, assim como levamos as notas musicais, como os juízes levam a sério a interpretações das leis, para que não venhamos a incorrer em equívocos afirmando ser bíblico aquilo que não o é.

Neste momento nos é oportuno ainda demonstrar a aplicação equivocada do princípio da Reforma Protestante, que foi abraçado por nós Batistas, sobre a separação da igreja e do Estado. De forma magistral o Dr. Israel Belo de Azevedo, demonstra em seu livro “A celebração do indivíduo”, o absenteísmo batista brasileiro no campo da ética e da política. Esse princípio da Reforma Protestante precisa ser mais bem compreendido, pois não nos deve levar ao afastamento do mundo, da cidadania responsável quando optamos em permanecer em nossa “redoma” eclesiástica ficando alheios à vida do País, deixando que outros decidam por nós. O papel político, por exemplo, de Calvino em Genebra é um indicador da aplicação mais profunda desse princípio da Reforma.

Assim, temos deixado de cumprir nosso papel de sal e luz para nosso ambiente, deixando que outros, sem os mesmos valores éticos cristãos, decidam por nós em questões até mesmo que nos levam à fragilidade, tais como sobre a cultura de gênero, abortamento, combate à corrupção e tantas outras normativas que nos fragilizam e nos obrigam a seguir caminhos que diretamente confrontam com os ideais divinos.

Alguns lembretes:

- O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons. [Martin Luther King, líder batista]
- É na omissão dos bons que se fortalece a maldade dos maus. [Ivan Teorilang]
- Para o triunfo dos mal só é necessário que os bons não façam nada. [Edmund Burke]

Em resumo, quando os bons se calam, os maus triunfam.

O que se pode esperar da atuação da igreja e dos crentes no mundo?

Os cristãos da igreja primitiva viviam intensamente o Evangelho a ponto de promover alterações no ambiente pelo qual passavam. Em geral era uma população nômade. Lamentavelmente se tem pensado que revolucionavam o mundo simplesmente porque pregavam o Evangelho, a Salvação. Eles pregavam, mas, muito mais, viviam o que pregavam. Assim, em At 17.6 temos: "...aqueles que transtornaram o mundo estão chegando entre nós...". No original grego o verbo "transtornar" é virar algo de perna para o ar, revolucionar.

Pergunta importante: como nós evangélicos brasileiros temos cumprido isso? Se, como cristãos e igrejas, nossa influência fosse efetiva teríamos um País como o nosso hoje que vive cenário de caos, corrupção, jeitinho? E isso, digamos de passagem, já vem de longa data.

Me parece que, como cristãos e igrejas, estamos confortáveis em nosso "transse de final de semana" em nossos domingos, em nossos templos, pouco se importando em como o mundo está. Ficamos em pânico quando algum organismo, judicial, legislativo etc., vai discutir e aprovar algo que coloca em risco nossa fé. Aí agitamos as redes sociais, buscamos assinar digitalmente listas de protestos, queremos fazer barulho, mas, muitas vezes, será tarde.

Por que não temos na sociedade quantidade suficientes de líderes que de fato compreendem e aplicam profundamente os ideais e valores cristãos em sua vida? Não basta dizer que é cristão ou ter a assessoria de líderes e pastores evangélicos que nem conhecemos bem, muito menos suas intenções. Não basta ter um vocabulário cristão. É necessário ter estratégias eficazes e eficientes para resultados efetivos. Será que temos governantes e outros líderes do País que foram disciplados como de fato cristãos para poderem exercer o seu papel de sal e luz? Ou vamos continuar fazendo barulho nas redes sociais quando temas como os que já mencionam vão para o campo das decisões que influenciarão todos país. Aí deixamos nosso conforto eclesiástico, nossa redoma templocêntrica e dominical para agitarmos o pedaço. Em geral tem sido tarde demais.

Outra pergunta importante: por que não cumprimos com o que determina a Grande Comissão - fazer discípulos? Aliás, a visão salvacionista acabou nos ensinando equivocadamente que o imperativo da Grande Comissão é o verbo IR (no original grego, é particípio aoristo, que não tem significado imperativo), e

que se você não pode ir, então pague a conta dando oferta missionária. Assim, a consciência fica aplacada da culpa.

O imperativo aqui está mesmo no verbo perifrástico “FAZER DISCÍPULOS”. Só que para fazer discípulos, seguidores, é necessário ter vida exemplar, ser modelo em caráter, temperamento, escolhas, respeito ao próximo etc. Será que preferimos apenas dar para as pessoas uma espécie de apólice de seguro contra o incêndio do inferno, preparando-as para a volta de nosso Senhor, sem nos preocuparmos com o desenvolvimento de sua vida e maturidade, para que sejam modelos a serem seguidos? Será que transformamos Cristianismo em atividades, programas, estrutura e eventos que se tornaram fim em si mesmos, em vez de serem resultados de vida aos pés do altar diário (Rm 12.1ss)? Nesse rumo poderíamos dizer que a igreja e nós crentes devemos desenvolver um **ativismo disciplinar** para formar pessoas transformadas e transformadoras.

Será que o que vivemos **seria mais cristandade do que Cristianismo?**

Portanto, se seguíssemos a Grande Comissão de forma literal estariíamos investindo menos em construção de templos majestosos, menos em ocupacionismo que tem transformado o dia do descanso e celebração em dia de cansaço e agitação, que se tornaram em um fim em si mesmos. Se seguíssemos a Grande Comissão ao pé da letra estariíamos fazendo discípulos e modelos de Jesus (1 Cor 11.1) que refletiriam os ideais do Evangelho, os valores éticos cristãos, em seu exercício de cidadania e influência como sal e luz por onde estivessem, no exercício de suas atividades profissionais, familiares, como políticos, juízes, governantes, empresários, executivos etc.

Será que acabamos preferindo o caminho mais fácil do proselitismo para uma fé conceitual e racional, que nem sempre se reveste de prática vivencial e causadora de transformação no meio em que vivemos?

Assim, num momento como este, não basta ficarmos imobilizados dizendo apenas “vamos confiar em Deus”, “Deus é que colocou tal pessoa em tal cargo”, como se vivêssemos em uma teocracia. Ou mesmo contar a quantidade obtida de votos, sem contar o volume de competência e cumprimento de missão para a qual uma pessoa foi eleita ou escolhida. Essa estratégia política já está superada em um mundo em que a competência e a busca por resultados e cumprimento de missão organizacional são pilares. A gestão pública não pode mais viver das benesses tributárias que sacrificam a população, sem ao menos agir com competência que vai além da autoridade, mas é fruto da credibilidade pelos resultados alcançados. Governante nenhum é per-

feito, muito menos seus auxiliares. Não nos enganemos, não é nosso papel idolatrar qualquer governante ou imaginar que é um como um “messias”, salvador da pátria, pois em um mundo vulnerável, incerto, complexo e ambíguo³ em que vivemos, só mesmo dependendo de Deus é que poderemos obter segurança e esperança.

Afinal, quem manda no Brasil?

Será necessário termos claro discernimento sobre quem manda no Brasil e para será necessário levar em conta que, em regimes democráticos, a autoridade maior não está nos ocupantes temporais de um governo, mas na Constituição, que ao ser investido de um cargo todo governante jura lealdade e obediência.

Assim, ao eleger alguém para um determinado cargo o que se espera é que seja leal às leis do País, começando pela Constituição e depois pelas normatividades infraconstitucionais. A Constituição de um País democrático e as demais normatividades são discutidas e aprovadas pelos representantes do próprio povo ao serem por ele eleitos, portanto, por poder delegado.

Respondendo então à pergunta inicial, sobre quem manda no Brasil, é a Constituição e as leis infraconstitucionais e que, se espera que todo governante atue com sabedoria e respeito às leis estabelecidas, procurando por meios lícitos os ajustes legais que forem necessários em busca de um País cada vez melhor, que saiba mobilizar e unir pacificamente as diversas tendências políticas e sociais no País se valendo de diálogo, sem confrontações desnecessárias e agindo sem contradições como Estadista, que surpreenda positivamente, em busca de um ambiente cada vez melhor para a Nação, sendo modelo ao se defrontar com oposições e contradições naturalmente presentes no cenário nacional como o nosso.

Como deve ser a nossa oração pelas autoridades conforme 1 Tm 2.1,2?

Então, nossa oração pelas autoridades (1 Tm 2.1,2), para que alcance os objetivos propostos pelo Apóstolo Paulo precisa ser bem objetiva, rogando incessantemente a Deus para que sejam sensatos, tenham estabilidade emocional, mas também no ato de liderar com sabedoria e equilíbrio pessoas que lhe estarão sujeitas, que,

³Mundo V.U.C.A. Acrônimo para descrever as características atuais do mundo disruptivo em que vivemos.

em geral, possuem elevado grau de experiência, portanto, sendo também criteriosas e exigentes; mas também que Deus lhe estimule a coerência em seu comando de um Município, Estado ou do País. Mais ainda, que cultivem a honestidade, a transparência, que saibam tomar decisões pessoais que não coloquem em risco sua autoridade, que, contrariamente, ampliem a confiança do povo em sua gestão e que “convertam” em apoiadores os que não foram seus eleitores, que não pratique o nepotismo parental ou de amigos, que saiba ser um Estadista não dando caso para situações e sentimentos pessoais, sabendo lidar com conflitos, críticas, pressões naturais de um País como o nosso, que traz, ao longo de sua história, elevado grau de fragilidade no campo da honestidade, da ética sadia; também que saiba lidar com a imprensa, que evite atitudes eleitoreiras, que saiba lidar com os que são contrários, não os tratando como adversários ou inimigos, como é comum na política, mas como sinalizadores de situações que poderão ser melhores tratadas; que saiba discernir entre líderes evangélicos bem intencionados dos que não se tem certeza de seus objetivos e que até apresentem um Evangelho, mas falseado; que compreendam suas limitações evitando responder a perguntas que não possuem respostas no momento; que tenha sabedoria em lidar com provocações sejam de quaisquer fontes. Enfim, que tenha acesso a conselheiros cristãos e aos ideais bíblicos e éticos cristãos e que estes ideais possam ser referenciais para suas decisões, sem, contudo, desenvolver espírito proselitista. Nossa oração tem de ser objetiva para que a gestão dos líderes públicos, das autoridades nos concedam os objetivos propostos pelo Apóstolo.

Mas também devemos orar pelos líderes evangélicos que porventura estejam próximo de qualquer autoridade, para que não aproveitem seu espaço de confiança neles depositado, para tirar proveito pessoal ou uso de influência de poder, mas tão somente sejam motivo de crescimento a tais governantes, sempre seguindo para isso valores bíblicos.

O amor como ponto de partida e equilíbrio!

O amor é o ponto de partida (Mc 12.27ss; Gl 5.22,23) e isso, mais do que paradigmante, é mobilizador. O amor aponta para o futuro, para o preparo de nosso ambiente para futuras gerações. O amor inclui avaliação, não para acusar, mas para amar mais, para buscar mais alternativas, para ensinar a quem não está no caminho adequado.

O amor inclui também respeitar pessoas, domésticos ou não da fé, que pensem de forma diferente, evitando por todos os meios, humilhar, ofender, retratar, marginalizar estes, inclusive em redes sociais.

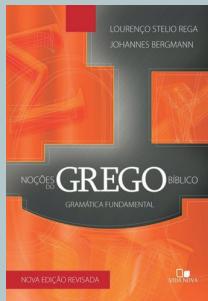
Tiago nos dá um conselho prático (1.19): *Portanto, meus amados irmãos, toda pessoa seja pronta para ouvir, tardio para falar, tardio para se irar.* Procurando aplicar aos nossos dias, é possível dizer que devemos ser prontos para ouvir, mas **tardios em teclar**, muito menos em se irar contra nosso próximo, pois, após isso tudo passar como ficaremos nós? Como reconstruiremos as amizades desfeitas, a segregação, marginalização?

Que a nossa obsessão seja em seguir os ideais cristãos, estudar profundamente as Escrituras, viver para a glória de Deus e não em alimentar espírito messiânico para este ou aquele político, governante ou qualquer outra pessoa, pois o único e suficiente Messias que existiu foi nosso Proprietário Jesus Cristo.

Que tenhamos também cuidado em divulgar notícias sem a devida comprovação de sua veracidade, pois divulgar notícias falsas (*fake news*) é o mesmo que divulgar a mentira e isso, mesmo sendo em modalidade virtual ou digital, é igualmente pecado, desonesto e desvio do caminho da retidão. É o antigo ensino nos primeiros momentos do povo hebreu: *não espalhem notícias falsas, nem deem mão ao ímpio, para ser testemunha maldosa.* (Ex 23.31)

Enfim, se não refletirmos nos tornamos vítimas das ideologias dominantes! Que, neste momento, sejamos representantes dos ideais e valores cristãos, exercendo o amor, a influência como sal e luz, evitando colocar na Palavra de Deus interpretações que desconsideram princípios elevados que já foram consagradas em nossa história da Teologia.

Contatos:
WhatsApp: 11 9 4596 6688
E-mail: rega@batistas.org



Noções do grego bíblico é uma gramática fundamental para o estudo do grego do Novo Testamento e foi escrita sob medida para o aluno que vive no contexto educacional brasileiro. A preocupação dos autores está sempre voltada ao aluno: seja no método de ensino, seja na forma, seja no conteúdo.

Esta terceira edição passou por mais uma revisão cuidadosa, além da adequação ao Novo Acordo Ortográfico. Aproveitamos também para proporcionar ao estudante uma diagramação nova e moderna, de modo que a leitura se torne mais agradável. O website dedicado a *Noções do grego bíblico* também foi remodelado, mas continua oferecendo recursos complementares para o estudo, como fontes gregas, links para recursos de outros websites e a indicação de artigos pertinentes.



Lourenço Stelio Rega

Sobre o autor

Bacharel em Teologia (FTBSP / FTBP), Mestre em Teologia (FTBSP - especialização em Ética), pós-graduado em Administração de Empresas (FECAP-SP - núcleo de Análise de Sistemas), Licenciando em Filosofia (UNIFAI), Mestre em Educação (PUC-SP - especialização em História da Educação) e Doutor em Ciências da Religião (PUC-SP). É Diretor e professor de Ética, Bioética e Filosofia da Religião da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. É autor do livro *Noções do grego bíblico: gramática fundamental*, publicada por Edições Vida Nova.